

Requerido(s): Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará - ADEPARÁ

Origem: 3º PJ do Consumidor da Capital

Assunto: Apurar possíveis irregularidades quanto à entrada de aves vivas provenientes de outros Estados da Federação.

2.4.3. Processo nº 000001-110/2013

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Abrigo João de Deus

Origem: 1º PJ de Fundações, Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judiciais da Capital

Assunto: Apurar o funcionamento do Abrigo João de Deus.

2.4.4. Processo nº 000175-150/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Chefia da Casa Civil da Governadoria do Estado
Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na dispensa de licitação n.º 18/2012-CCG, visando à contratação de empresa para fornecimento de flores, arranjos naturais e ornamentações, para atender a demanda anual da Casa Civil.

2.4.5. Processo nº 000075-012/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Câmara Municipal de Santa Luzia do Pará

Origem: PJ de Santa Luzia do Pará

Assunto: Apurar possível pratica de improbidade administrativa cometida pela ex-presidente da Câmara Municipal de Santa Luzia do Pará.

2.4.6. Processo nº 000107-200/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria de Estado de Educação -SEDUC

Origem: 1º PJ de Defesa dos Direitos Constitucionais Fundamentais, Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua.

Assunto: Averiguar a constituição e regularidade dos Conselhos Escolares das Escolas Estaduais do Município de Ananindeua.

2.4.7. Processo nº 000248-150/2014

Requerente(s): Tribunal Regional do Trabalho - TRT

Requerido(s): Secretaria de Estado de Educação -SEDUC

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital
Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidade em processo licitatório, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação-SEDUC.

2.5. Processos de Relatoria da Conselheira MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO:

2.5.1. Processo nº 004178-921/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Silvio da Cruz Silva

Origem: 4º PJ Cível de abaetetuba

Assunto: Apurar as circunstâncias da propagação de poluição sonora por parte de Silvio da Cruz Silva, no exercício da atividade de fabricação de caixas de som para veículos automotores, na rua Berlindo Pinheiro, nº. 467, bairro algodoal, no município de Abaetetuba.

2.5.2. Processo nº 000409-116/2013

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Em apuração

Origem: 1º PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos da Capital

Assunto: Averiguar e adotar as providências cabíveis quanto a falta de transporte escolar para os estudantes da rede pública de Belém.

2.5.3. Processo nº 000149-804/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Vitória do Xingu/PA

Origem: 5ª PJ de Altamira

Assunto: Apurar notícia de irregularidade contida no relatório de fiscalização AGE nº 008/2012-FDE/SEPOF, no que tange ao convênio nº 222/10, celebrado entre a SEPOF, por meio do FDE, e o Município de Vitória do Xingu, em período vedado pela Legislação Eleitoral.

3.O que ocorrer.

Belém-PA, 14 de setembro de 2018.

FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do Ministério Público

Protocolo: 362005

PORTARIA Nº 6841/2018-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO a vacância do cargo da promotoria de justiça de São João de Pirabas;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do cargo da promotoria de justiça de São João de Pirabas;

CONSIDERANDO os termos do ofício nº 073/2018-MP/Coord,

datado de 6/9/2018, protocolizado sob nº 42665/2018;

R E S O L V E:

DESIGNAR o promotor de justiça GUSTAVO RODOLFO RAMOS DE ANDRADE para exercer as atribuições do cargo da promotoria de justiça de São João de Pirabas, no período de 1º a 30/9/2018, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 13 de setembro de 2018.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional

PORTARIA Nº 6844/2018-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso V, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO a designação do promotor de justiça Gustavo Rodolfo Ramos de Andrade para, sem prejuízo das demais atribuições, exercer as atribuições do cargo da promotoria de justiça de São João de Pirabas, contida na Portaria nº 6841/2018-MP/PGJ, de 13/9/2018;

R E S O L V E:

REVOGAR, a contar de 1º/9/2018, a designação dos promotores de justiça FRANCISCA SUÊNIA FERNANDES DE SÁ e BRUNO BECKEMBAUER SANCHES DAMASCENO para, sem prejuízo das demais atribuições e em atuação conjunta, oficiarem nos autos do processo sigiloso nº 0000242-66.2018.8.14.1875, de atribuição do cargo da promotoria de justiça de São João de Pirabas, contida na Portaria nº 993/2018-MP/PGJ, de 19/2/2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 13 de setembro de 2018.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional

Protocolo: 362262

EXTRATO DA PORTARIA Nº 07/2015-MP (RETIFICADA)

A 6ª Promotora de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 000146-906/2015 que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica - Agrópolis do INCRA, CEP 68.502-290 - Marabá - Pará - Fone (94) 3312-9900 Fax: (94) 3312-9904.

Portaria nº 07/2015-MP (RETIFICADA)

Envolvido: Hospital Regional do Sudeste do Pará, Estado do Pará, Município de Marabá.

Assunto: Acompanhar a insuficiência de leitos de UTI no município de Marabá.

Mayanna Silva de Souza Queiroz - Promotora de Justiça.

Protocolo: 361982

PORTARIA Nº 01/2017 – MP - 1º PJ MA/PC/HU

BEL DE 10/07/2017,

publicada no DOE nº 210.740 de 03 de agosto de 2017.

O 1º PROMOTOR DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO CULTURAL, HABITAÇÃO E URBANISMO DE BELÉM, Dr. BENEDITO WILSON CORRÊA DE SÁ, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo Preliminar nº 000050-113/2017-MP/1ºPJ/MA/PC/HU-BEL, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém, sito na Rua Ângelo Custódio, nº36, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

ONDE SE LÊ:

Procedimento Administrativo Preliminar

LEIA-SE:

Procedimento Administrativo

BENEDITO WILSON CORRÊA DE SÁ – Promotor de Justiça

Protocolo: 362171

ATO Nº 161/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os termos do requerimento protocolizado sob o nº 23114/2018, em 15/5/2018;

CONSIDERANDO os termos do Parecer nº 335/2018-ASS/JUR-PGJ, datado de 16/8/2018, acolhido *in totum*,

RESOLVE:

RETIFICAR o Ato nº 4/2017, datado de 18/1/2017, publicado no Diário Oficial do Estado de 23/1/2017, que aposentou, voluntariamente, a servidora efetiva deste Órgão Ministerial VÂNIA LÚCIA SEABRA GOMES, Matrícula nº 999.094, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração - AUD-C-V, com proventos integrais e paridade nos reajustes, em conformidade com o disposto no art. 3º, incisos I, II e III e parágrafo único; artigos

2º e 5º da Emenda Constitucional n.º 47 de 2005, percebendo, nessa situação, os proventos mensais de R\$ 22.899,69 (vinte e dois mil oitocentos e noventa e nove reais e sessenta e nove centavos), a contar de 09/01/2017, conforme abaixo discriminado:

DESCRIÇÃO	REF	VALOR EM R\$
VENCIMENTO BASE	30 dias	4.594,49
ADICIONAL DE FUNÇÃO	60%	7.797,12
VPNI – LEI Nº 8.329/15	-	1.387,86
VB DEC. JUDICIAL INCORPORADA	12%	1.486,99
ADIC. POR TEMPO DE SERVIÇO	50%	7.633,23
TOTAL BRUTO		22.899,69

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém (PA), 5 de setembro de 2018.

GILBERTO VALENTE MARTINS-Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 362228

PORTARIA N.º 6.676/2018-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e considerando os termos do requerimento protocolizado sob o nº 40186/2018, em 27/8/2018,

R E S O L V E:

DISPENSAR, a pedido, a Promotora de Justiça REGINA LUIZA TAVEIRA DA SILVA da função de integrante do Grupo de Trabalho em Defesa da Educação – GT Educação, e do Grupo de Trabalho em Defesa da Saúde – GT Saúde, a contar de 29/8/2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 5 de setembro de 2018.

GILBERTO VALENTE MARTINS-Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6.713/2018-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e considerando os termos do Ofício nº 048/18/MP/14ºPJCIV/MAB-GAB, datado de 29/8/2018,

R E S O L V E:

DESIGNAR a Promotora de Justiça LÍLIAN VIANA FREIRE para, sem prejuízo de suas atribuições, exercer a função de Coordenador da Região Administrativa Sudeste I, durante o afastamento do titular, SAMUEL FURTADO SOBRAL, nos períodos de 1º a 2/3; 15 a 17/3; e 16 a 22/4/2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 6 de setembro de 2018.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6.716/2018-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO os termos do requerimento protocolizado sob o nº 37877/2018, em 13/8/2018,

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º, *caput*, e Parágrafo Único, da Resolução nº 006/2014-MP/CPJ, de 16/7/2014,

R E S O L V E:

DESIGNAR a Promotora de Justiça LORENA DE ALBUQUERQUE RANGEL MOREIRA CRUZ para, sem prejuízo de suas atribuições, exercer a função de Coordenador da Região Administrativa Nordeste II, no período de 22/8 a 31/12/2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 6 de setembro de 2018.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6.717/2018-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 100/2018-MP/CPJ/DCC/DCF/DH, datado de 16/8/2018;

CONSIDERANDO os termos do art. 3º e seu parágrafo único, da Resolução nº 008/2007-MP/CPJ, de 22/10/2007,

R E S O L V E:

DESIGNAR a Promotora de Justiça ELAINE CARVALHO CASTELO BRANCO para, sem prejuízo de suas atribuições, exercer a função de Coordenador das Promotorias de Justiça de Defesa Comunitária, da Cidadania, Dos Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos da Capital, durante a licença para tratamento de saúde do titular, CÉSAR BECHARA NADER MATTAR JÚNIOR, no período de 16 a 17/8/2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 6 de setembro de 2018.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça